ACESSO ÀS UNIVERSIDADES POR MEIO DE COTAS: JUSTIÇA COMO FELICIDADE GERAL OU EQUIDADE.

ACCESS TO UNIVERSITIES BY MEANS OF QUOTA: JUSTICE AS GENERAL HAPPINESS OR EQUITY

João Ricardo Holanda do Nascimento¹

Alexandre Antônio Bruno da Silva²

RESUMO: Jovens inseridos em famílias atingidas pela vulnerabilidade social ou econômica dificilmente tem acesso ao ensino superior no Brasil. Ano após ano, a maioria das vagas do ensino superior público do Brasil foi ocupado por alunos advindos de escolas privadas ou pertencentes à pequena porcentagem de pessoas abastadas economicamente. Ao mesmo tempo, o valor das mensalidades e a falta de incentivos afastavam os jovens das classes vulneráveis das universidades privadas. A partir da lei nº 12.711/2012, as universidades públicas federais passaram a reservar vagas nos cursos ofertados segundo critérios sociais. O presente trabalho tem como objetivo analisar a lei de cotas para acesso às universidades no Brasil, sob a visão das correntes filosóficas políticas contemporâneas mais proeminentes, que apresentam critérios racionais para a análise das ações como justas. A pesquisa foi eminentemente bibliográfica, com pesquisa de campo quantitativa, mediante utilização de dados secundários.

Palavras-chave: Cotas para acesso às universidades. Justiça. Utilitarismo. Justiça como Equidade.

¹ Mestrando em Direito pelo Centro Universitário Christus. cursando Especialização em Direito Constitucional pela Faculdade Damásio de Jesus. Graduado em Direito pela Faculdade Luciano Feijão. Advogado. E-mail: <jricardo_direito@yahoo.com.br>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2498-0600>.

² Doutor em Direito pela PUC-SP. Mestre em Direito pela UFC. Mestre em Informática pela PUC-RJ. Professor do Programa de Mestrado em Direito do Centro Universitário Christus (UNICHRISTUS). Professor Adjunto da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professor Titular da Faculdade Farias Brito (FFB). Auditor-Fiscal do Trabalho. E-mail: <alexandre.bruno@terra.com.br>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2799-4036>.

ABSTRACT: Young people in families affected by social or economic vulnerability hardly have access to higher education in Brazil. Year after year, most places in public higher education in Brazil were filled by students from private schools or from the small percentage of economically well-off people. At the same time, the value of tuition and the lack of incentives pushed young people away from the vulnerable classes of private universities. As of the law nº 12.711 / 2012, federal public universities started to reserve places in courses offered according to social criteria. The present work aims to analyze the quota law for access to universities in Brazil, under the vision of the most prominent contemporary political philosophical currents, which present rational criteria for the analysis of actions as just. The research was eminently bibliographical, with quantitative field research, using secondary data.

Keywords: Quotas for university access. Justice. Utilitarianism. Justice as equity.

Sumário: 1. Introdução 2. Utilitarismo e a justiça das cotas. 3. Justiça como equidade de John Rawls. 3.1 Desigualdades sociais e econômicas devem ser ordenadas para ser vantajosas para todos. 3.2 Cargos e posições acessíveis para todos. 4. Conclusão. 5. Referências.

1. INTRODUÇÃO

Imagine-se com dezessete anos de idade, iniciando o último ano do ensino médio, com alta expectativa em relação à realização do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Instrumento que o possibilita a alcançar uma vaga no curso de medicina da Universidade Federal do seu Estado. A completa realização do seu acalentado sonho de infância.

Você é o caçula de três irmãos de uma família de classe média baixa ou em uma definição de Souza (2012), de uma família oriunda da “nova classe trabalhadora” brasileira. Seus pais, empregados, nunca tiveram a oportunidade de cursar ensino superior. Talvez, por isso, tenham difundido como lema da casa que você só conseguiria alcançar uma vida equilibrada financeiramente se colocasse os seus estudos como prioridade. Seus pais, mesmo que comprometendo parte desproporcional da renda familiar, sempre prezaram pela sua educação e de seus irmãos, matriculando-os nas melhores escolas privadas da cidade do interior do Estado, onde vivem.

Por este ideário, aponta-se a família deste caso hipotético como fazendo parte da nova classe trabalhadora brasileira, cuja definição Jessé de Souza apresenta em sua obra “Os batalhadores brasileiros”:

Nossa pesquisa mostrou que essa classe conseguiu seu lugar ao sol à custa de extraordinário esforço: à sua capacidade de resistir ao cansaço de vários empregos e turnos de trabalho, à dupla jornada na escola e no trabalho, à extraordinária capacidade de poupança e de resistência ao consumo imediato e, tão ou mais importante que tudo que foi dito, a uma extraordinária crença em si mesmo e no próprio trabalho. (SOUZA, 2012, p. 50).

Nesse misto de ânsia e medo quanto ao tão esperado momento do vestibular que se aproxima, você recebe a notícia da direção de sua escola (particular e premiada como uma das que mais aprovam alunos no curso de medicina da universidade federal de seu Estado – daí a escolha pela instituição de ensino, mesmo que tivesse uma das mensalidades mais caras dentre as escolas de sua cidade), de que o Governo Federal, por meio de uma lei, passou a determinar que as universidades federais reservem porcentagem com relação às vagas dos cursos ofertados.

A reserva das vagas seria destinada a pessoas que cursaram o ensino médio integral em escolas públicas, bem como que façam parte de famílias que tenham renda *per capita* até determinado valor e, ainda, considerando critérios étnicos e raciais de cotas.

Tal fato modificou sobremaneira o seu planejamento, mormente quanto aos cálculos acerca da pontuação que teria que atingir para conseguir uma das vagas do tão sonhado curso de medicina da Universidade Federal.

Sem dúvida isso foi um choque com relação ao seu projeto de vida. Não era esperada a reserva de vagas para aquelas pessoas que, simplesmente pela etnia, cor da pele ou pela condição de não ter estudado em escolas particulares, teriam chances maximizadas de conseguirem a vaga que poderia ser sua. Como você encararia essa medida de governo? Justa, ética, moral? Ou o contrário, tendo em vista os esforços de

uma vida de toda sua família para a realização daquele sonho que agora parece ameaçado?

A medida de governo acima apontada, com um viés de reservar vagas para ingresso nas universidades, considerando características existenciais, físicas ou sob uma visão de renda, pode ser considerada como uma ação afirmativa.

Ações afirmativas são definidas como forma de atuação estatal, de caráter social, que tem por finalidade a democratização de acesso a direitos considerados fundamentais, sendo que Guarnieri e Silva (2007, p. 73) destacaram como objetivo principal destas “promover condições para que todos na sociedade possam competir igualmente pela conquista de tais meios”.

Por sua vez, o Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa da Universidade Estadual do Rio de Janeiro³ (GEEMA, 2017), identifica ações afirmativas como sendo “medidas que têm como objetivo combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou de casta, aumentando a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e/ou no reconhecimento cultural”.

O GEMAA identifica as formas de classificação das ações afirmativas através de alguns exemplos, tais como:

(...) incremento da contratação e promoção de membros de grupos discriminados no emprego e na educação por via de metas, cotas, bônus ou fundos de estímulo; bolsas de estudo; empréstimos e preferência em contratos públicos; determinação de metas ou cotas mínimas de participação na mídia, na política e outros âmbitos; reparações financeiras; distribuição de terras e habitação; medidas de proteção a estilos de vida ameaçados; e políticas de valorização identitária. (GEEMA, 2017).

³ Grupo de pesquisa criado em 2008 por pesquisadores da UERJ, com o fito de produzir pesquisas sobre ações afirmativas.

O principal instrumento de seleção de candidatos para o ingresso nas universidades públicas brasileiras é o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM). Trata-se de avaliação utilizada também para o acesso a vários outros sistemas de educação como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), o Programa Universidade para todos (PROUNI) e o Programa de Financiamento Estudantil (FIES). Os dois últimos, iniciativas que tem por finalidade o incentivo ao acesso de jovens de baixa renda aos bancos das universidades particulares.

O ENEM foi criado em 1998 como uma forma de avaliar o nível do ensino médio das escolas brasileiras. Somente a partir de 2009 passou a ser a forma majoritária de ingresso nas universidades públicas do país. A prova foi modificada de modo a ser aplicada anualmente, com critérios específicos de avaliação com disciplinas diversas e redação, sendo os alunos avaliados por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU), plataforma digital criada pelo Ministério da Educação.

A mudança entre os tradicionais vestibulares, realizados pelas próprias universidades ou bancas contratadas, para o novo sistema de avaliação implantado pelo ENEM, quebrou muitos paradigmas edificados na estrutura educacional do país. O vestibular, que representava o grande desafio dos estudantes que disputavam vagas nas principais universidades públicas brasileiras, perdeu a sua relevância. O ENEM vem sendo adotado por grande parcela das Instituições de Ensino Superior (IES).

Como em qualquer mudança de *status quo*, essa transição causou um grande impacto em todo o sistema de ensino médio no país, mas com um grande viés positivo, tendo em vista uma maior democratização do ingresso nas universidades. A partir do ENEM, tornou-se possível que uma pessoa residente em um determinado Estado da federação, somente por meio da prova, consiga concorrer em diversas universidades do Brasil, sem a necessidade de percorrer os Estados, com custos excessivos, desgaste físico e desperdício de horas em viagens.

Ainda como critério para a seleção de candidatos no ensino superior, o Governo Federal sancionou a Lei nº 12.711/2012, que dispõe, principalmente sobre o ingresso

nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico. A legislação trouxe uma grande inovação no ensino brasileiro, ante a determinação para as instituições de ensino superior de reserva de vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas, estudantes que possuírem renda *per capita* familiar de até 1,5 salário-mínimo (um salário-mínimo e meio) e, em ambos os casos, também deverá ser levado em conta percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas em cada unidade da federação, de acordo com censo demográfico do IBGE.

Tal legislação instituiu, portanto, na educação superior brasileira o sistema de cotas, conforme dito no exemplo explicitado do jovem que foi surpreendido com a mudança no sistema de acesso às universidades brasileiras.

Cumprе ressaltar que recentemente a Lei nº 13.409/2016, inseriu no rol do artigo 3º, da Lei 12.711/2012, as pessoas com deficiência, conforme segue o texto integral:

Art. 3º Em cada instituição federal de ensino superior, as vagas de que trata o art. 1º desta Lei serão preenchidas, por curso e turno, por autodeclarados pretos, pardos e indígenas e por pessoas com deficiência, nos termos da legislação, em proporção ao total de vagas no mínimo igual à proporção respectiva de pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência na população da unidade da Federação onde está instalada a instituição, segundo o último censo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (BRASIL, 2016).

A Lei Federal nº 12.711/2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, denominada lei de cotas, foi regulamentada por meio do Decreto nº 7.824/2012 e pelas portarias normativas nº 9⁴ e 18⁵, do Ministério da Educação.

A criação do sistema de cotas raciais, étnicas e sociais (no caso da renda e estudos em escolas públicas) para ingresso no ensino superior em instituições públicas, não foi

⁴ Pode ser acessada na íntegra em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portariaN9.pdf>.

⁵ Pode ser acessada na íntegra em: http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria_18.pdf.

medida governamental de aprovação unânime pela população, tal ocorre com a maioria das medidas em um Estado democrático de Direito. O debate acerca da justiça dessa opção estatal é inevitável, sobretudo quando da análise moral.

Como no caso hipotético suscitado no início do presente trabalho, várias pessoas, não somente as financeiramente abastadas, mas, principalmente, tantas outras que fazem parte de famílias no contexto da nova classe trabalhadora no Brasil, segundo a definição de Jessé de Souza, que tiveram oportunidade de estudar em escolas privadas depois de muito esforço de suas famílias, se viram prejudicadas com essa proposta de cotas.

Afinal de contas, é justo reservar vagas somente pela cor? Pela etnia? Ou pela escola onde estudaram, bem como pela renda de sua família? Se os esforços escolares são os mesmos, como maximizar as chances de uma pessoa somente por características extrínsecas ao conhecimento medido por meio do exame nacional?

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 que, para Pereira (2006, p. 223) “materializa um compromisso entre a ideologia liberal e as exigências do Estado Social, entre os que buscavam construir um Estado Democrático e os que se esforçavam para manter privilégios entre o progresso e o atraso”, elencou, a partir de seu art. 6º, os direitos sociais a serem garantidos pela República Federativa do Brasil. Como destaque, logo no primeiro ponto versado pelo aludido artigo, está a educação.

Desse modo, percebe-se a possibilidade de se defender a utilização das cotas para seleção em universidades pelo próprio texto constitucional, haja vista que a educação resta disposta na Carta Magna como um direito social. Entretanto, deseja-se ir além do texto constitucional.

Pretende-se aqui verificar a medida de governo de implementação de cotas para ingresso nas universidades como eticamente justa, sob o ponto de vista de algumas teorias da justiça, sobretudo quanto ao Utilitarismo, com foco nas teorias de Jeremy Bentham e Stuart Mill e a teoria da justiça como equidade de John Rawls.

2. UTILITARISMO E A JUSTIÇA DAS COTAS

O utilitarismo é a corrente filosófica que defende a felicidade como fundamento maior da moralidade. A busca da felicidade ou do prazer, como justificativa moral para as ações, constitui-se na fundamentação da doutrina fundada pelo inglês Jeremy Bentham (1748-1932).

Michael Sandel conseguiu exprimir em poucas linhas o cerne da ideia utilitarista de Bentham, conforme o que segue:

Sua ideia central é formulada de maneira simples e tem apelo intuitivo: o mais elevado objetivo da moral é maximizar a felicidade, assegurando a hegemonia do prazer sobre a dor. De acordo com Bentham, a coisa certa a se fazer é aquela maximizará a utilidade. Como utilidade ele define qualquer coisa que produza prazer ou felicidade e que evite dor ou o sofrimento. (SANDEL. Michael, 2014, p. 48).

Sob uma noção de maximização da felicidade, correspondida pelo prazer e pela ausência de dor ou infelicidade, Bentham sugere a existência do princípio da utilidade, o qual define em sua obra como:

Por princípio da utilidade entende-se aquele princípio que aprova ou desaprova qualquer ação, segundo a tendência que tem de aumentar ou diminuir a felicidade da pessoa cujo interesse está em jogo, ou, o que é a mesma coisa em outros termos, segundo a tendência a promover ou a comprometer a referida felicidade. Digo qualquer ação, com a qual tenciono dizer que isto vale não somente para qualquer ação de um indivíduo particular, mas também de qualquer ato ou medida de governo. (BENTHAM, 1984, p. 10).

Bentham (1984) defende que o interesse da comunidade é reflexo do interesse dos indivíduos que convivem naquela comunidade. Uma medida de governo estaria em consonância com o princípio da utilidade, caso apresentasse maior tendência a aumentar a felicidade da comunidade do que a tendência de diminuí-la.

Ao atender a perspectiva do princípio da utilidade ou da máxima felicidade, a medida de governo poderia ser considerada ética ou justa. Como afirma Alvarez (2006), o utilitarismo ao tratar da justiça das instituições “propôs a máxima, a maior felicidade para o maior número possível, o que projeta a uma ética teleológica e consagra a lógica dos resultados”.

Na sua obra, “Uma introdução aos princípios da moral e da legislação”, Bentham afirma que a análise das ações deve ter por base a valoração ou a quantidade de felicidade ou dor que aquela ação pode gerar. Trata-se de uma espécie de soma dos agregados, de um lado o prazer (felicidade) e do outro a dor. Se a felicidade corresponder ao maior número da soma, tal ação estaria em conformidade com o princípio da utilidade.

A avaliação dessa soma quando se fala em medidas de governo, deveria ser feita em uma perspectiva de como aquela ação afeta os interesses da comunidade, sugerindo que tal valoração seja feita a partir dos interesses das pessoas que são imediatamente afetadas por aquela medida.

A teoria de Bentham, então, sugere que quando da decisão sobre a prática de algum ato, deve-se questionar se a soma dos benefícios, retirando os custos, gerará maior felicidade (prazer) e menor infelicidade (dor), sob um aspecto valorativo. Se o resultado desta equação resultar numa produção maior de felicidade ou prazer, certamente tal ato seguirá o princípio da utilidade e, portanto, será moralmente aceitável, ou seja, justo.

Sandel (2016, p. 48) ao descrever em sua obra a teoria de Bentham, interpreta que ao adotar medidas na perspectiva utilitarista “Cidadãos e legisladores devem, assim, fazer a si mesmos a seguinte pergunta: Se somarmos todos os benefícios dessa diretriz e subtrairmos todos os custos, ela produzirá mais felicidade do que uma decisão alternativa?”.

Analisando superficialmente a tomada de decisão pelos legisladores e pelo executivo brasileiro, ao estabelecerem as cotas sociais para ingresso nas universidades

federais, pode-se dizer que tal medida seguiu a perspectiva utilitarista proposta por Bentham?

Na medida em que a legislação previu a reserva de vagas para pessoas em situação de vulnerabilidade, pode-se afirmar que uma medida que amplia as vagas em universidades para pessoas nas situações apontadas é direcionada para a máxima felicidade. Ressalte-se que foram utilizados como critérios de vulnerabilidade a renda e a frequência integral do ensino médio em escolas públicas.

Surgem então as seguintes questões: na visão dos candidatos pertencentes à nova classe média, os batalhadores⁶ que, com bastante esforço de suas famílias, conseguiram melhor preparação. Essas pessoas estariam felizes com tal medida? Seria possível medir a felicidade geral ou a máxima felicidade, considerando os méritos dessas pessoas? Qual seria a proporção ou a valoração da felicidade ao analisarmos as pessoas que teriam a reserva de cotas garantida pela medida governista e o grau de dor ou infelicidade dos atingidos pela lei de cotas que, com uma pontuação igual a dos cotistas, ficarão sem a vaga no sonhado curso de graduação no ensino superior público do Brasil?

Seria difícil defender as cotas nas universidades sob o aspecto de valoração da felicidade, como propôs Bentham em sua teoria utilitarista tradicional, ante a provável inobservância dos direitos individuais que estão postos em jogo.

Tal dilema pode ser verificado na primeira objeção de Sandel quanto ao utilitarismo de Bentham, qual seja, a inobservância dos direitos individuais postos à baila e, para o autor: “isso significa que a lógica utilitarista, se aplicada de forma consistente, poderia sancionar a violação que consideramos normas fundamentais da decência e o respeito no trato humano” (SANDEL, 2016, p. 51).

A segunda objeção de Sandel (2016, p. 55) à visão utilitarista de Bentham, é exatamente quanto à valoração ou a quantificação da felicidade ou prazer. É difícil defender as cotas para ingresso nas universidades, como medida de governo, tão

⁶ Definição utilizada por Jessé de Souza na sua obra “Os batalhadores brasileiros”.

somente com relação ao resultado de cálculo matemático relacionado à quantidade de pessoas felizes ou infelizes com tal medida. Bentham, portanto, reduzia o aspecto moral tão somente ao princípio da utilidade.

É possível argumentar, a favor das cotas, que essas facilitariam o acesso ao ensino superior à grande camada da população que está situada em situação de vulnerabilidade econômica e social. Representando dessa forma, uma soma final, que corresponderia ao resultado da máxima felicidade geral da teoria utilitarista. Sob essa forma de análise, o sacrifício de alguns, mesmo que seja de alunos provenientes da “nova classe trabalhadora brasileira”, teria resultados positivos.

Contudo, uma visão moral tão somente baseada em cálculos estatísticos, por si só, não parece justificar no senso comum de justiça, as cotas sociais. Carecendo-se, pois, de uma visão moral mais profunda sobre o que deve direcionar os cidadãos e o Estado na tomada de decisões. A mera certeza de que no Brasil a maior parte da população, encontra-se em situação de vulnerabilidade econômica, não endossa que qualquer medida do governo seja justa apenas por privilegiar essa camada da população.

A visão utilitarista de Bentham ganhou forte destaque e foi interpretada pelo filósofo inglês John Stuart Mill, principalmente em sua obra chamada “Utilitarismo”. Sob forte influência de seu pai, amigo e discípulo de Bentham, como aduz Sandel (2016, p. 63), Mill inseriu na teoria utilitarista um viés qualitativo da felicidade buscada.

A versão do utilitarismo proposta por Mill, leva em consideração a existência de tipos de prazeres mais desejáveis e valiosos do que outros, não deixando de se ater, portanto, a ideia hedonista (prazer x dor) de Bentham. Entretanto, ao considerar a máxima felicidade considerou certos aspectos qualitativos, indo além dos tradicionais aspectos quantitativos. Por exemplo, a promoção da máxima felicidade não poderia ser obtida através da limitação da liberdade, o que não fragilizariam sua visão utilitarista. Nesse sentido, sustenta Simões:

Desse modo, podemos reiterar que os argumentos de Mill para o princípio da liberdade estão fundamentadas em seu utilitarismo. Neste

sentido, uma soma maior de felicidade/utilidade pode ser alcançada em uma ordem social restringida pelo antipaternalismo, realidade na qual o exercício da autoridade ocorre sem constrangimentos, e tenderia a maximizar a utilidade. O utilitarismo de Mill, portanto, protegeria os interesses vitais dos indivíduos como condições mínimas para a promoção da felicidade, desaprovando a promoção do bem-estar por intermédio da limitação da liberdade individual. (SIMÕES. 2013, p. 178).

Trata-se de uma análise epistemológica sobre o que é moral ou sobre como devemos definir o que está certo ou errado. Mill, com a finalidade de solucionar tal questão, aponta e distingue duas teorias de ética abstrata, quer dizer, relacionada com a própria origem da moral, o intuicionismo e o indutivismo.

A introdução de sua obra se cumpre a diferenciar tais teorias e aponta como a que Mill se identificou a segunda:

O intuicionista julga que, graças a uma forma de intuição intelectual, podemos descobrir *a priori* os princípios morais sem os inferir de quaisquer premissas empíricas. O indutivista, pelo contrário, sustenta que o conhecimento desses princípios tem uma base empírica. Podemos inferir indutivamente esses princípios a partir da experiência. (MILL, 2006, p. 13).

Mill ao se identificar com essa segunda teoria, demonstra que somente a experiência ou a indução poderá determinar se uma ação pode ser considerada moral ou imoral, ética ou não.

Uma das grandes preocupações de Mill em sua obra “Utilitarismo” é com relação à grande objeção ao utilitarismo proveniente da justiça, por isso se propôs a investigar sua natureza, bem como aponta algumas características sobre o que devemos classificar como justo ou injusto. Chega à conclusão de que o utilitarismo pode estar em consonância com as exigências da justiça e a define como:

Um nome para certas exigências morais que, consideradas colectivamente, ocupam um lugar mais elevado na escala da utilidade (e, por isso, têm uma obrigatoriedade mais forte) do que quaisquer outras, ainda que possam ocorrer casos particulares em que outro dever

social é tão importante que passa por cima das máximas gerais da justiça (MILL, 2006, p. 32).

A medida governista ora em exame teve por finalidade a reserva de vagas nos bancos das universidades federais, em suma, para pessoas com nível econômico mais baixo, pessoas que concluíram seus estudos de forma integral em escolas públicas.

Tal inserção tem o condão de proporcionar à maior quantidade de pessoas da classe econômica mais baixa do país, a possibilidade de se graduar em universidades públicas, portanto, dará mais chances para que essas pessoas estudem e tenham uma perspectiva acadêmica e profissional mais interessante. Conforme demonstrado na síntese de indicadores sociais do IBGE de 2014, em 2004, somente 1,4% dos estudantes que fazem parte dos 20% da camada mais pobre da nossa sociedade possuíam lugares nas universidades públicas do país, enquanto que em 2013 essa porcentagem chegou a 7,2%.

Essa possibilidade de inserção poderá gerar um efeito muito maior em toda a comunidade. De forma costumeira, nas sociedades onde a educação é tida como prioridade, os índices de desenvolvimento costumam ser mais elevados, mesmo em países de renda considerada baixa. A prioridade dada a educação e a cultura é fundamental em um momento de globalização, mesmo para países mais pobres. Nesse sentido, Amartya Sen (2015, p. 309) afirma que:

(.) o mundo da comunicação e do intercâmbio modernos requer educação e qualificação profissional básicas. Enquanto alguns países pobres do mundo têm alcançado um progresso extraordinário nessa área (países do Leste e Sudeste Asiáticos são bons exemplos disso), outros (como os do sul da Ásia e África) tenderam a ficar para trás. A equidade de oportunidades culturais e econômicas pode ter imensa importância em um mundo globalizado. Esse é um desafio conjunto para o mundo econômico e o mundo cultural.

Com essa postura, nota-se que índices como a violência despencam quando há mais acesso à educação de qualidade, o que poderia proporcionar, em termos fáticos, a médio e longo prazo, felicidade não somente encarada sob uma visão individual, para

essas pessoas que serão “beneficiadas” com o sistema de cotas, mas, principalmente, para toda a sociedade, que se veria beneficiada com a redução da criminalidade.

Dessa forma, será que nós brasileiros enxergamos a educação, ou no caso, uma atitude que promova uma maior inserção de pessoas a serem educadas como uma conduta moral? De forma, indutiva, portanto, podemos considerar, pelas experiências atuais, que o acesso à educação pode contribuir para a melhoria de uma comunidade como um todo? Se a resposta é positiva, aceitaremos que o sistema de cotas corresponde, tanto sob uma visão moral empírica, quanto numa visão basicamente utilitarista, à promoção de uma maior felicidade geral.

3. JUSTIÇA COMO EQUIDADE DE JOHN RAWLS

O presente artigo pretende analisar se é justa a opção política que reserva vagas em universidades públicas observando características como renda familiar ou o fato do candidato ter cursado o ensino médio de forma integral em escolas públicas. Ao reservar vagas, indiretamente, prejudica-se candidatos que não atendem a esses critérios extrínsecos, dentre esses, aqueles que suas famílias não pouparam esforços para conceder melhores condições em um contexto de livre concorrência.

Temos pessoas distintas, em situações diversas na sociedade, galgando o mesmo objetivo. A análise utilitarista, tanto sob um olhar de Bentham, quanto da teoria de Mill, para John Rawls, em sua obra “Uma teoria da justiça” de 1971, retrata que o utilitarismo não correspondia a uma teoria que levou a sério a distinção entre os diversos sujeitos. Sobre o tema, Sen afirma:

Ademais, a estrutura agregativa do utilitarismo não tem interesse na efetiva distribuição das utilidades – nem sensibilidade para essa distribuição – pois a concentração se dá indiretamente sobre a utilidade total de todos considerados como em conjunto. Tudo isso proporciona uma base informacional muito restrita, e essa insensibilidade generalizada constitui uma limitação significativa da ética utilitarista. (SEN, 2015, p. 81).

A teoria utilitarista, apesar de ser considerada por Sen (2015, p. 84) como a “teoria da justiça mais influente há mais de um século”, foi objeto de inúmeras críticas, sendo a mais persistente e desafiadora aquela desenvolvida por John Rawls.

Rawls ao revisitar a teoria do contrato social propõe que, por meio de uma ordenação ou organização das principais instituições sociais, em um esquema de cooperação, pudesse ser formada a estrutura básica da sociedade, que teria como alicerce os princípios da justiça social.

Afasta-se, portanto, das teorias anteriores do contato social quando a ideia inicial era o de estabelecer uma ou outra forma específica de governo, inaugurar determinada sociedade (Nunes, 2015), ou um Estado que pudesse prover uma justiça equitativa, com a igualdade de acesso a todas as fatias da população.

O cerne da teoria de justiça de Rawls (2000) é discorrer sobre a aplicação de dois princípios de justiça na estrutura básica da sociedade, quais sejam: 1) cada pessoa deve ter direito igual ao mais abrangente sistema de liberdades iguais e 2) as desigualdades sociais e econômicas devem ser ordenadas para, ao mesmo tempo, ser vantajosa para todos e que suas posições e cargos sejam acessíveis para todos. Conforme Petroni:

No caso de Rawls, os princípios de justiça são resultado de um processo hipotético de deliberação moral entre agentes morais livres e iguais que teriam por motivação conceber e aplicar critérios de justiça responsáveis por organizar o arranjo institucional básico da sociedade em que vivem. (PETRONI, 2017, p. 143).

Essa forma de observar o contexto de aplicação dos princípios consegue ser equilibrada de modo que, com o primeiro princípio, pretende garantir os direitos fundamentais das pessoas, indistintamente, como uma base mínima. Fomentar liberdade básicas como políticas, de pensamento e direito de propriedade. Todas relativas, uma vez que podem sofrer limitação quando da ocorrência de conflitos entre liberdades básicas diversas.

Ao mesmo passo em que propõe a ideia relativa à base de liberdades básicas, sugere um ordenamento das inevitáveis desigualdades econômicas e sociais, para que

sejam, de forma concomitante, vantajosa para todos os indivíduos da sociedade e que garantam acesso a posições e cargos, o que gera, no mínimo, segundo Rawls (2000, p. 68) uma expectativa de bem-estar dos indivíduos.

Utilizarei como base de uma possível argumentação a favor do sistema de cotas ora estudado pela presente teoria de justiça, os dois pontos chaves do segundo princípio de justiça aplicável à estrutura básica da sociedade listados por Rawls.

3.1 Desigualdades sociais e econômicas devem ser ordenadas para ser vantajosa para todos

O Brasil apresenta índices alarmantes em relação às desigualdades sociais e econômicas. Vive-se em uma sociedade à deriva das grandes riquezas e quando não com pouco acesso, com baixa qualidade educacional nas escolas públicas espalhadas país afora. É inegável a existência de sociedade com notória desigualdade econômica, onde as grandes riquezas estão alocadas em uma pequena porcentagem da população. Além da gigantesca desigualdade social, verifica-se o esquecimento de boa parte da sociedade, a camada social mais baixa, a “ralé brasileira”, descrita e analisada pelo sociólogo Jessé de Souza⁷.

Tais desigualdades, seguindo a linha proposta por Rawls (2000, p. 77), precisam ser organizadas de modo que consigam se tornar vantajosas para todos. É o que ele denomina de princípio da eficiência. Ora, reconhecer a existência das desigualdades é um ponto crucial para percebermos se o Estado agirá com justeza ao reservar vagas para o acesso à educação superior. Se há desigualdade, portanto, uma medida que consiga, de forma equilibrada, ser vantajosa também para a camada social mais baixa, poderia ser considerada justa, na ideia de justiça como equidade.

⁷ Obra de Jessé de Souza “A ralé brasileira. Quem é e como vive”, proveniente de pesquisas sociológicas realizadas pelo autor brasileiro.

A forma equilibrada aqui defendida, precisa observar uma condição de eficiência proposta por Rawls. Uma estrutura básica estará em perfeita consonância com o princípio da eficiência se conseguir mudar uma determinada configuração de modo que uma pessoa consiga melhorar sua situação, sem que a situação do outro piore.

Pode-se afirmar que a lei que determina a reserva de vagas nas universidades alterou uma determinada configuração na sociedade brasileira e aqueles indivíduos que se beneficiarão e conseguirão assumir as cadeiras dos cursos superiores, certamente, sob uma perspectiva cultural, terão sua situação melhorada. Resta saber se a situação da pessoa que conseguiu atingir a mesma pontuação no ENEM, mas que foi preterida, em virtude da vaga do cotista, teve sua situação piorada.

O preterido tinha como expectativa passar no vestibular conseguindo uma pontuação que lhe proporcionasse o acesso à universidade. Tinha essa expectativa por que se capacitou e teve todo o apoio familiar e institucional, de sua escola particular, tendo cursos relacionados às matérias que tinha menos domínio, horários bem estabelecidos de aulas, material com conteúdo atualizado e tendo aulas com professores renomados no quesito aprovação no ENEM.

Inegável que a expectativa para as pessoas com renda diminuta e que estudam em escolas públicas foi aumentada por meio do sistema de cotas, vide o Sistema de Indicadores Sociais do IBGE de 2014, que apresentou um resultado significativo para essa argumentação.

Entre os anos de 2004 e 2013, o acesso de estudantes considerados nas estatísticas da população pobre às universidades públicas aumentou 400%, estudo este realizado até o segundo ano da vigência da lei de cotas. Mas, terá sido uma medida eficiente de modo a não diminuir a expectativa de quem não entrará na universidade, mesmo atingindo pontuação igual?

Observando o presente contexto sob um olhar meritório, vê-se que, por terem atingido a mesma pontuação em um exame nacional que exige um vasto conhecimento de diversas disciplinas, preterido e cotista possuem talentos semelhantes ou se

esforçaram de forma semelhante para atingir a pontuação. Uma vez que o sistema de cotas apenas equilibrou as condições de concorrência.

Desse modo, o que Rawls (2000, p. 77) defende é que tenham, portanto, semelhante expectativa de sucesso: “Mais especificamente, supondo que haja uma distribuição de dotes naturais, aqueles que estão no mesmo nível de talento e habilidade, e têm a mesma disposição para utilizá-los, devem ter a mesma perspectiva de sucesso, independentemente de seu lugar inicial no sistema social”.

Se a medida de governo consegue aumentar a expectativa de um, sem diminuir a de outrem, encontrando o equilíbrio na expectativa de ambos, certamente a estrutura básica da sociedade estará organizada de modo eficiente, aquela distribuição restará vantajosa para todos.

Contudo, há certa fragilidade em afirmar que uma organização é justa tão somente utilizando o critério do princípio da eficiência. Tal princípio ainda deixa brechas para a influência de fatores determinados pelo que Rawls (2000, p. 77) define como “loteria da natureza”, ou seja, fatos do acaso que fazem com que a certeza de expectativas semelhantes a pessoas com dotes semelhantes seja mitigada.

Diante dessa falha, Rawls (2000, p. 79) define como um princípio de justiça capaz de eliminar a incerteza do princípio da eficiência, o princípio da diferença, que elegerá uma posição particular a partir da qual as desigualdades devem ser julgadas. Somente será considerado justo um sistema onde a expectativa do mais favorecido só poderá se elevar se inclinar em conjunto a expectativa do menos favorecido, conforme aduz: em sua obra:

Supondo-se a estrutura de instituições exigida pela liberdade igual e pela igualdade equitativa de oportunidades, as maiores expectativas daqueles em melhor situação são justas se, e somente se, funcionam como parte de um esquema que melhora as expectativas dos membros menos favorecidos da sociedade. A ideia intuitiva é de que a ordem social não deve estabelecer e assegurar as perspectivas mais atraentes dos que

estão em melhores condições a não ser que, fazendo isso, traga também vantagens para os menos afortunados. (RAWLS, 2000, p. 80).

Percebe-se, pelo princípio da diferença, a distinção com a visão egoística ou meramente matemática do utilitarismo, de modo que, respeitando-se o princípio da diferença, somente podemos considerar a existência de ganhos se o outro também ganhar.

O sistema de cotas ora analisado na perspectiva brasileira, para ingresso em universidades públicas, tendo em vista que a medida governamental aumentou a expectativa dos menos favorecidos, utilizando critérios como a renda e a escolaridade em estabelecimentos públicos durante o ensino médio, pode ser analisada como uma maneira de aplicação do que Rawls sugeriu como princípio da diferença .

Há quem diga que este aumento de expectativa gerará efeitos na expectativa dos demais e isso é um fato, conforme já mencionado, inclusive, Rawls (2000, p. 86), admite tal possibilidade, quando eleger ser impossível mexer na expectativa de um sem que se mexa na do outro, como uma espécie de ligação em cadeia.

Ocorre que, como os critérios utilizados consideraram características de indivíduos menos favorecidos, economicamente e socialmente, buscando maximizar a expectativa destes, de modo a não tolher a expectativa dos demais de forma excessiva, a medida pode ser considerada como justa, se considerarmos a teoria de justiça elaborada por Rawls.

Note-se que a maximização das expectativas dos menos favorecidos, no caso da reserva de vagas para ingresso nas universidades, sob uma perspectiva social, de que indivíduos de camadas sociais mais baixas poderão elevar seu atual patamar, pode ser considerada como uma medida que gerará um benefício para todos os indivíduos da comunidade, posto que poderá, como consequência, gerar uma diminuição da marginalização social.

A medida de governo que define as cotas para ingresso nas Universidades gera uma série de questionamentos. Fala-se sobre a injustiça em se desperdiçar o tempo com

aulas particulares, o esforço dos pais para conceder a melhor escola e ver que as vagas foram alcançadas por outras pessoas simplesmente por critérios extrínsecos ao mérito. Pelas teorias ora em análise, não foi difícil desapontar quem utiliza tal argumentação.

Simplesmente pode-se questionar a essas pessoas se trocariam suas escolas de hoje e as condições econômicas de suas famílias, para enfrentar a escola pública e tentar a vaga via sistema de cotas. Será que se essas pessoas tivessem a oportunidade de voltar no tempo e escolherem estudar de forma integral o seu ensino médio em uma escola pública, agarrariam esta chance em detrimento das oportunidades que tiveram ao longo desses anos na escola particular? E se a resposta for sim?

A tendência do sistema de cotas sociais pode ser um mote para que vários alunos de classe média baixa possam preferir cursar o ensino médio integral em escolas públicas, utilizando-se dessa ferramenta para conseguir se enquadrar no requisito da legislação, de modo a passar de possível preterido, a cotista. Se reconhecer que o ensino público não lhe parece suficiente, poderia então, a partir do dinheiro economizado, fazer aulas particulares com professores da rede de ensino particular.

Será que a ida de alunos com bases escolares em instituições privadas para as escolas públicas não vai gerar um ambiente mais crítico e com mais cobrança por parte desses alunos, de modo que o próprio sistema e os professores ao se adaptarem com esse novo tom crítico possam progredir e mudar um pouco a realidade das escolas públicas brasileiras? Será que o nível das escolas públicas tende a aumentar se isso ocorrer? Se sim, o que só poderá ser comprovado (ou não) mediante pesquisa empírica futura, parece mais uma prova de que o sistema de cotas pode ao maximizar as chances de pessoas menos favorecidas, gerar maior benefício para a sociedade no geral.

3.2 Cargos e posições acessíveis para todos.

A segunda parte do segundo princípio de justiça aplicável à estrutura básica da sociedade exposto por Rawls (2000, p. 89), é o que ele define como igualdade equitativa

de oportunidades, a partir do qual defende que as posições de autoridade e responsabilidade possam ser acessíveis para todos. Na justiça como equidade de Rawls (2000, p. 90) “a justiça é interpretada como um empreendimento cooperativo para a vantagem de todos”.

O autor não defende que qualquer pessoa poderá obter uma vantagem de modo a assumir cargos ou posições, mas sim, que haja critérios fixos e respeitados para que este acesso seja, de modo equilibrado, possível para todos os indivíduos em sociedade.

Na ideia de Rawls (2000, p. 91), a grande finalidade da igualdade equitativa de oportunidades é garantir uma justiça procedimental pura, dando o exemplo de justiça procedimental perfeita a do corte de bolo em fatias, no qual a pessoa que corta o bolo não sabe qual será o seu pedaço, de modo que possa, de forma imparcial, reproduzir pedaços iguais do bolo. Desse modo, repetindo-se o procedimento, é inegável que o resultado será o mais equilibrado possível, de modo constante. Como aduz “o essencial é que haja um padrão independente para decidir qual resultado é justo e um procedimento que com certeza conduzirá a ele”. (RAWLS, 2000, p. 91).

O importante para Rawls, é que a justiça siga um procedimento conhecido e sempre seguido por todos, de modo que o resultado seja sempre tido como o mais justo possível, por ter seguido os critérios previamente dispostos. Tal ideia, reconhece Rawls (2000, p. 89), pode se assemelhar à ideia de meritocracia, contudo, a intenção de Rawls era admitir que, quanto mais conhecido o procedimento, este direcionado a um resultado justo, mais a igualdade poderia ser alcançada. Certamente, com as regras do jogo postas, como é o caso da lei de cotas nas universidades públicas, mais os alunos poderão se adequar ao procedimento ali posto, de modo que, sem dúvidas, as expectativas se assemelhem pela forma como direcionam seus interesses para concorrer às vagas.

Não há como negar a vantajosidade de uma medida que proporcione diretamente o acesso de pessoas, seja pela renda *per capita* do contexto familiar, seja pelo fato de ter realizado todo o ensino médio nas, em regra, precárias escolas públicas brasileiras à educação superior pública.

Ademais, o acesso à educação superior, sem dúvida alguma satisfaria a segunda parte deste princípio de justiça, significando a ampliação da margem de acesso a cargos e posições aos economicamente vulneráveis.

A possibilidade de se graduar e figurar como parte da experiência acadêmica nacional é um dos grandes desafios à grande parcela da população brasileira e, notadamente, essa vaga poderá proporcionar o acesso direto a cargos e posições interessantes na sociedade, representando uma nova perspectiva, uma nova possibilidade de ascender social e economicamente.

Oportuno mencionar que Rawls (2000, p. 107), ao analisar os dois princípios, acaba por chegar à conclusão de que expressam uma concepção igual de justiça. Ao reconhecer que a igualdade equitativa pode resultar numa ideia meritocrática, aduz que o princípio da diferença poderá seguir junto com o princípio da reparação, o qual considera como um dos elementos da justiça.

Para tal princípio, as igualdades imerecidas, recebidas a exemplo, pelo nascimento ou por ausência de dotes naturais, exigem reparação, de modo que tais desvios sejam refratados na direção da igualdade. Pode-se dizer, em parte, o que a lei de cotas aqui discutida se propõe a fazer quando determina a reserva de vagas a deficientes.

Com a ideia aqui abordada acerca de cada um dos dois princípios apontados por Rawls como os pilares da estrutura básica de uma sociedade, conclui-se que, nesse aspecto, podemos considerar como justo o sistema de cotas aqui debatido pela teoria de justiça proposta em Uma teoria da Justiça, sob a ideia de equidade como o pilar da justiça.

Ainda mencionando a ideia de reparação, pode-se realizar certa ligação com esta e a dívida da sociedade que muitos utilizam para tentar justificar alguma ação afirmativa. Não é o cerne do presente estudo, mas cumpre inserir a visão acerca das ações afirmativas proposta pelo filósofo americano Michael Sandel, no capítulo 07 de sua obra “Justiça. O que é fazer a coisa certa”.

Sandel (2016, p. 211), ao debater o tema das ações afirmativas, se aprofunda aos argumentos utilizados pelos defensores, nos Estados Unidos, dos sistemas de ações afirmativas, aduzindo que estes levam em consideração três aspectos, quais sejam, a correção de distorções em testes padronizados, compensação por erros do passado e promoção da diversidade.

Com relação ao aspecto relativo à promoção da diversidade, Michael Sandel (2006) apresenta esse argumento como ponto chave para a defesa da ação afirmativa de cotas para ingresso nas universidades, refutando a ideia de recompensa e focando como um meio de atingir um objetivo socialmente mais importante.

Demonstra em sua obra exemplos de universidades estadunidenses que possuem como objetivos principais das instituições, a diversidade como, inclusive, critério de seleção, o que deverá ser útil à universidade, tendo em vista a maior proporção de visões distintas sobre várias análises científicas a respeito do mundo em que vivemos.

Ter nos bancos universitários pessoas pobres de Estados ou regiões menos favorecidas, com culturas extremamente diferentes, certamente corresponderá a um material humano mais diversificado nos bancos acadêmicos, o que poderá influenciar positivamente nos resultados das universidades, bem como em uma contribuição social de formação de jovens que poderiam estar se prestando a papéis subalternos ou em condição de criminalidade.

Vê-se, diante desta constatação, não é preciso justificar o sistema de cotas adotado no Brasil, apenas como uma visão de compensação por erros do passado, como se busca justificar as cotas raciais, ou a partir de uma defesa contrária a testes padronizados, que poderiam ser criados por pessoas de modo a, de uma forma natural, beneficiarem indivíduos com mesma visão cultural e/ou social, mas, sobretudo, por uma característica geral, por maior diversidade na universidade e, em consequência ao mercado de trabalho, seja nas profissões braçais, seja nas intelectuais, especialmente na carreira acadêmica.

Essa visão estaria correspondendo à concepção de justiça, tanto pela teoria utilitarista, por conseguir a realização pela diversidade como algo a proporcionar maior prazer ou a máxima felicidade geral, bem como satisfazer a teoria de justiça como equidade de Rawls, de modo que conseguiria maximizar a expectativa de pessoas menos favorecidas, sem prejudicar as expectativas dos mais favorecidos, obedecidas as regras do procedimento já exposto.

4. CONCLUSÃO

Embora a ação afirmativa criada pela Lei 12.711 de 2012 tenha suscitado prolongados debates, pode-se perceber que a medida que reserva vagas nas Universidades Federais, visando o que foi objeto de maior discussão no presente artigo – critérios como a renda da família ou o fato do aluno ter cursado de forma integral o ensino médio em escolas públicas, pode ser encarada como medida governamental moral e justa, não somente em uma visão de justiça utilitarista, mas, sobretudo, sob a visão de equidade trazida por Rawls em Uma Teoria de Justiça.

Quanto ao princípio da utilidade, seja na forma original de Bentham, pela qual as estatísticas positivas seriam, por si só, suficientes para dar justeza a uma medida política, ou na ideia sugerida por Mill, ao adicionar uma perspectiva moral no utilitarismo, proporcionar o acesso à maior margem da população brasileira, qual seja, a camada mais vulnerável da sociedade, às universidades públicas, seria atender à máxima felicidade geral ou à mínima proporção de infelicidade.

Do mesmo modo, não seria razoável afirmar que os preteridos teriam suas perspectivas diminuídas, numa análise da teoria de justiça de Rawls, haja vista que o sistema de cotas, na realidade, possibilita o equilíbrio ou pelo menos o maior acesso à camada menos abastada.

Sem titubear, pode-se afirmar, ainda, que mesmo que alguns jovens de classe média ou da chamada por Jessé de Souza de “classe trabalhadora brasileira” resolvessem

trocar a oportunidade confortável para se debruçarem nas escolas públicas brasileiras, a fim de terem maiores chances pelas cotas, seria um fator tido como justo, posto que esse êxodo muito provavelmente aumentaria o nível crítico dos debates no ensino médio público do país.

A maximização das expectativas dos indivíduos pertencentes à camada vulnerável, como analisado no presente artigo, não teve a capacidade de diminuir as expectativas dos preteridos. Nessa esteira, a promoção da diversidade nas universidades públicas brasileiras se verifica como um argumento que supera uma das críticas às ações afirmativas, qual seja, a de que seria apenas o pagamento de uma dívida por parte do Estado.

Proporcionando um ambiente mais diversificado, com propagação de várias ideias, culturas, pensamentos, histórias de vida distintas, as universidades públicas estarão contribuindo para uma sociedade com menos preconceitos e produzindo ciência de uma forma mais qualitativa e crítica, fato que poderá gerar uma ideia de maior prazer ou máxima felicidade e, ao mesmo tempo maximizar as expectativas dos mais excluídos, sem minimizar as dos demais indivíduos.

A sociedade brasileira, sobretudo a camada mais vulnerável da sociedade, teve suas expectativas, quanto ao acesso ao ensino superior público, maximizadas com a medida legal. Empiricamente falando, os números do Sistema de Indicadores Sociais do IBGE de 2014, que indicaram um aumento de 400% de acesso às Universidades para estudantes considerados pobres, comprovam este fato.

Além da efetividade da medida governamental no Brasil, de acordo com esses números, verifica-se que um argumento que tente rotular as cotas para acesso às universidades como injustas, precisa ser construído de modo que possa transpor os paradigmas já concretizados de duas das mais influentes teorias de justiça existentes como visto no trabalho, o utilitarismo e a ideia de justiça como equidade de Rawls.

6. REFERÊNCIAS

ALVAREZ. Bugallo Alejandro. **Análise econômica do direito: contribuições e desmistificações**. Direito, Estado e Sociedade, Rio de Janeiro/RJ, v.9, n. 29, p. 49-68, jul/dez 2006.

BENTHAM. Jeremy. **Uma introdução aos princípios da moral e da legislação**. Tradução de Luiz João Baraúna. 3.ed, São Paulo: Nova Cultural, 1984.

BRASIL, **Decreto Federal nº 7.824 de 2012**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Decreto/D7824.htm>. Acesso em: 15 jun.2017.

BRASIL, **Lei nº 12.711/2012**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/12711.htm>. Acesso em: 12 jun.2017.

BRASIL, **Lei nº 13.409 de 2016**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/L13409.htm>. Acesso em: 12/06/2017.

BRASIL, Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 09**, de 05 de maio de 2017. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portariaN9.pdf>>. Acesso em: 12/06/2017.

BRASIL, Ministério da Educação. **Portaria Normativa nº 18**, de 11 de outubro de 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cotas/docs/portaria_18.pdf>. Acesso em: 12/06/2017.

BRASIL. **Sisu seleciona novos alunos para instituições públicas de ensino superior**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2011/08/sisu-seleciona-novos-alunos-para-instituicoes-publicas-de-ensino-superior>>. Acesso em: 02/06/2017.

ENEM. Disponível em: <<http://enem.inep.gov.br/>>. Acesso em: 13/06/2017.

GEEMA. **Grupo de Estudos Multidisciplinares da Ação Afirmativa da Universidade Estadual do Rio de Janeiro**. Disponível em: <<http://gemma.iesp.uerj.br/o-que-sao-aco-es-afirmativas>>. Acesso em: 13/06/2017.

GUARNIERI, Fernanda Vieira. SILVA, Lucy Leal Melo. **Ações afirmativas na educação superior: os rumos da discussão nos últimos cinco anos**. Psicologia & Sociedade, Florianópolis/SC, editorial 19, vol. 2, p. 70-78, 2007.

IBGE. **Indicadores sociais mínimos**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/sinteseindicsoais2014/default.shtm>>. Acesso em: 07/06/2017.

MILL. John Stuart. **Utilitarismo**. Tradução de Pedro Galvão. 1. Ed. Portugal: Porto Editora, 2006.

NUNES. Clécio Santos. **Igualdade como causa central das ações afirmativas**. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2015-mai-13/cleucio-nunes-igualdade-causa-central-aco-es-afirmativas>> Acesso em: 07/06/2017.

PEREIRA, Jane Reis Gonçalves, **Interpretação Constitucional e direitos fundamentais**: uma contribuição ao estudo das restrições aos direitos fundamentais na perspectiva da teoria dos princípios. 1 ed, Rio de Janeiro/RJ: Editora Renovar, 2006.

PETRONI, Lucas. **O argumento de estabilidade no contratualismo de John Rawls**. Kriterion Revista de Filosofia, Belo Horizonte/MG, vol. 58, nº 36, p. 139-161, janeiro/abril de 2017.

PORTAL BRASIL. **Acesso de estudantes pobres à universidade pública cresce 400% entre 2004 e 2013**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/12/acesso-de-estudantes-pobres-a-universidade-publica-cresce-400-entre-2004-e-2013-diz-ibge>>. Acesso em: 13/06/2017.

RAWLS. John. **Uma teoria da justiça**. Tradução de Almiro Pisetta e Lenita M. R. Esteves. 1. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

SANDEL, Michael. **Justiça o que é fazer a coisa certa**. Tradução de Maria Alice Máximo. 16.ed, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Tradução de Laura Teixeira Motta. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SIMÕES, Mauro Cardoso. **John Stuart Mill**: utilitarismo e liberalismo. Veritas, Porto Alegre/RS, vol. 58, n. 1, p. 174/189, jan/abr de 2013.

SOUZA. Jessé de. **A ralé brasileira**. Quem é e como vive. 1. Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2009.

SOUZA, Jessé de. **Os batalhadores brasileiros**: nova classe média ou nova classe trabalhadora? 2. Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2012.

Data da submissão: 29/09/2017
Data da primeira avaliação: 05/04/2019
Data da segunda avaliação: 18/04/2019
Data da aprovação: 06/08/2020